

# A MULHER NA FAMÍLIA E NA UNIVERSIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

## WOMEN IN FAMILY AND UNIVERSITY: A SUBJECT OF SOCIAL TRANSFORMATION

Keyla Lima Pereira **1**  
Kelber Ruhena Abrao **2**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo destacar as dificuldades das estudantes do curso de serviço social da Universidade do Tocantins (UNITINS) a qual, muitas vezes, precisam se desdobrar na figura de mãe, trabalhadora e estudante. Escolhemos como ponto da pesquisa o curso de Serviço Social, no intuito de adentrar nas relações universitárias de mães que buscam uma graduação, mesmo enfrentando os desafios do tempo presente sem que haja desavenças no seu ambiente familiar. Para tanto foram entrevistadas 13 acadêmicas da Unitins objetivando compreender o que é ser acadêmica e mãe na sociedade atual. Por fim, constatamos que a divisão de afazeres no âmbito interno do lar é sempre um problema, pois em muitos momentos o companheiro e os filhos deixam as funções para a mãe fazer, no qual elas consideram que é difícil conciliar as atividades da universidade com os afazeres de casa.

**Palavras-chave:** Mulher. Família. Universidade.

**Abstract:** This article aims to highlight the difficulties of students of the social service course at the University of Tocantins (UNITINS), which often need to unfold into the figure of mother, worker and student. We chose as a point of research the course of Social Work, in order to enter the university relationships of mothers seeking an undergraduate, even facing the challenges of the present time without having disagreements in their family environment. For this, 13 Unitins academics were interviewed aiming to understand what it is to be academic and mother in the current society. Finally, We note that the division of chores within the home is always a problem, because in many moments the partner and the children leave the functions for the mother to do, in which they find it difficult to reconcile the university activities with the children. home Affairs.

**Keywords:** Woman. Family. University.

---

Graduada em Serviço Social (Unitins), Especialista em Saúde Pública **1**  
(UFT). E-mail: keylalima@unitins.br

Graduado em Educação Física (FURG), Doutor em Educação em **2**  
Ciências e Saúde (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Tocantins.  
E-mail: kelberabrao@uft.edu.br

## Introdução

O presente artigo pretende contribuir para debates acerca da vida de mulheres em suas relações intrafamiliares e extrafamiliares adentrando o ambiente universitário, elencando as suas condições históricas de busca pela educação, com um olhar voltado para as dificuldades vividas no decorrer de todo seu processo de estudo, ressaltando a vida de universitárias mães do curso de Serviço Social da Fundação Universidade do Tocantins/UNITINS/Câmpus Palmas.

Ao pensar em uma temática para esta pesquisa, resultando na realização deste trabalho, decidimos escolher algo que chamasse a nossa atenção dentro do cotidiano e que nos fizesse refletir sobre as relações e sobre os valores imbuídos em nós. Desse modo, diante de inúmeras inquietações, definimos pesquisar mães universitárias em suas inquietações nas suas ausências do lar para estudar, tentando compreender se, por causa das suas ausências, ocorriam desavenças (ciúmes, brigas, separações) em seus lares.

Neste sentido, esses e muitos outros aspectos se apresentaram como subsídios para o estudo que concerne às relações vividas na atualidade por diversas de mulheres como a questão das relações familiares, filhos, estudos, trabalho. Cabe destacar que tal relevância na temática é por entender que tais relações estão embrincadas ao trabalho do Assistente Social.

No intuito de apresentar o quadro de mães universitárias da Unitins – Câmpus Palmas/TO, temos como objetivo, compreender se ao sair de casa para estudar, a sua ausência ocasiona desavenças na sua estrutura familiar. Apresentamos algumas literaturas alusivas a essa área, perpassando também, pelas histórias de luta das mulheres por espaço social, buscando inserção nas mudanças ocorridas ao longo da história, bem como, a sua entrada no processo educacional.

Utilizamos uma abordagem qualitativa que nos auxiliou na análise dos dados, tivemos como amostra da pesquisa treze acadêmicas de três períodos do curso de Serviço Social da Fundação Universidade do Tocantins, Câmpus Palmas, utilizando como critério de inclusão, mães universitárias de três períodos do curso supracitado, independentemente de ser solteira ou casada. Apresentamos como variáveis da pesquisa três aspectos, sendo eles de cunho socioeconômico, familiar e universitário que nos subsidiou no resultado deste estudo.

## A inserção da mulher na educação

Em países colonizados como o Brasil, os filhos dos grandes latifundiários conseguiam sair para estudar nas grandes universidades da Europa, pois para os seus pais seriam os herdeiros de tudo que a família possuía, ou seja, iriam conduzir os negócios da família quando ficassem adultos, as mulheres, mesmo se fossem mais velhas que os filhos homens, não saíam para estudar, o máximo que alcançavam de instruções era aula de música, crochê, cozinha, dentre os cuidados com a casa que era função agregadas a elas (REDÍZIMA, 2013).

No Brasil, a Igreja Católica influenciou bastante a educação brasileira, com o colégio dos jesuítas onde estudavam apenas os filhos da burguesia, no Estado da Bahia, as mulheres que entravam para o convento era as que estavam fugindo da vida que levavam, embora as negras, mestiças e escravas pobres só participavam desse momento para servirem aos seus senhores e patrões (REDÍZIMA, 2013).

A educação brasileira no século XVII era financiada com o dinheiro do Plano da Redízima, para o qual dez por cento dos impostos arrecadados. Segundo Saviani (2013, p. 746) eram repassados aos colégios Jesuítas. Estes deveriam oferecer uma “educação pública religiosa”, mas por não cumprirem tal propósito quase foram expulsos do país, pois a soma de todos os alunos em suas instituições segundo o autor não chegavam a 0,1% da população brasileira.

Com a industrialização e os avanços tecnológicos do sistema capitalista no século XX, após duas décadas da abolição da escravatura, o Brasil iniciou uma reivindicação ao Estado por parte dos trabalhadores para que se organizassem. No entanto, más só na década 1930 é que se inicia o processo de definição dos direitos e deveres relativos às organização das práticas produtivas (GIULANI, 2011).

A Declaração dos Direitos do Homem de 1948, não proporcionou a mulher o direito de se igualar ao homem nos afazeres sociais, deixando-a de lado a respeito dos direitos que foram promulgados, embora existisse, no papel, nos acontecimentos a realidade era outra, sendo de extrema discriminação. O legado enraizado da moral, que percebia a mulher a partir do sexo,

não permitia que homens estudassem com mulheres, à medida que elas se formavam, recebiam inúmeras instruções de comportamento antes de poderem dar aulas aos meninos, devido à escassez de homens em sala de aula isto segundo Louro (2011). Para tanto, a educação brasileira sempre teve influências políticas estruturais presentes na sua forma de educar.

Nas décadas seguintes houve um período vasto de busca por reconhecimento social, com o arrocho salarial da década de 1960, segundo Giuliani (2011), as relações de trabalho passam a viver um vasto chamamento social de mudanças de posturas, no qual a mulher se fazia presente nas mobilizações das mulheres ruralistas, grupos comunitários religiosos, grupos de mulheres da Pastoral da Terra, Clube de mães, saúde da mulher e tantos outros que surgiram no decorrer dos anos. Ainda nessa década, no ano de 1967, a Assembleia Geral das Nações Unidas formulando a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher registrada sobre a Resolução nº 2.263 (XXII), sendo proclamada em 13 de maio de 1968 pela Assembleia Internacional de Direitos Humanos (GIULIANI, 2011).

No período entre 1968 a 1970, no Brasil aconteciam inúmeras radicalizações. De um lado, os estudantes e a esquerda partidária, de outro, os militares, o governo norte-americano com suas influências estatais resultando, posteriormente, em atos Institucionais, entre eles, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que trouxe consigo características, tais como: a centralização do poder executivo nas mãos dos militares e a censura à imprensa. Só a partir de 1979, com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ratificada pelo Brasil após cinco anos da convenção (1984), entrando em vigor no mês de março do mesmo ano, começou um processo maior de busca pelo respeito à mulher, mesmo assim, até os dias atuais com o fortalecimento de políticas voltadas para elas, as discriminações ainda têm proporções enormes no Brasil (BRASIL, 1996).

No referido ano aconteceu em Nova Iorque, Estados Unidos da América, a promulgação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, no qual o então presidente João Figueiredo a assinou, embora, somente em março de 1984 passou a vigorar o decreto 163º da Independência e 96º da República, onde dentre os seus trinta artigos, o artigo 1º dar a seguinte ênfase ressaltando que

a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 1997, p. 481-482)

No documento é abordado o significado da palavra “discriminação” para dar ênfase para a sociedade no qual era importante abandonar a forma de convivência que se vinha buscando viver. Dentre inúmeras considerações ressaltadas na declaração destacamos aqui duas delas: a primeira é sobre *“a máxima participação, tanto das mulheres como dos homens, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento total de um país, o bem estar do mundo e a causa da paz”* (BRASIL, p.388) bem como *“é necessário garantir o reconhecimento universal, de fato e de direito, do princípio de igualdade do homem e da mulher”* (BRASIL, p.389).

Diante do exposto, é notória quão discriminatória e frágil eram as relações em sociedade, quando se tratava de participação igualitária, pois os homens sempre partiam para um debate no patamar de inferioridade às mulheres, tirando-as do meio de convivência, fazendo com que ela não se permitissem buscar alternativas de mudanças e melhorias em sua vida, no qual de alguma forma estaria deixando de contribuir com o desenvolvimento social (ABRÃO, 2013).

A declaração supracitada trouxe à realidade dos países que a aceitaram uma nova alternativa de mudança e outra forma de viver, bem como, de melhorar as condições familiares, passando a criar uma cultura de respeito maior a vida e aos modos que as mulheres viviam, no intuito de protegê-las. Ao longo da literatura notamos que as mulheres brasileiras passaram a fazer parte de muitas lutas em prol de melhores condições de trabalho, de vida, sendo sujeito ativo e atuante na

sociedade, almejando mudanças sociais.

Na década de 1970, segundo Pinto (2010) aconteceu um marco para a mulher brasileira, no qual festejou-se o ano internacional da mulher, em 1975, com o tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, na cidade do Rio de Janeiro. O movimento feminista existente desde a década anterior passou a ficar mais forte. Ressalta-se as Conferências Mundiais das Nações Unidas como a de Copenhague (1980), Nairóbi (1985), Beijing (1995) baseados na Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher, fatos estes que vieram fortalecer as discussões de gênero, no intuito de formular políticas públicas.

Enquanto as melhorias no sistema educacional brasileiro não aconteciam, muitas mulheres, principalmente as de famílias pobres, ultrapassavam as barreiras existentes. Segundo Pinto (2010) as mulheres se organizavam, mesmo em meio inúmeras repressões, iniciando as primeiras manifestações feministas, buscando força, os movimentos passaram a se unir a grupos de mulheres da favela, igrejas e outros que lutavam por direito ao saneamento, direito a escola, a salário, a terra, direito a igualdade no casamento, na busca por uma legislação que as alcançassem.

Na década de 1980 vivia-se ainda em um Estado militarista, surgindo após essa década o início de uma nova era também para a família, a mulher, o negro, o idoso, a criança e o país entraram em um regime democrático buscando conceder a sociedade os direitos civis, políticos e sociais, no intuito de buscar a equidade de direitos sem discriminação de raça, cor, gênero (ABRÃO, 2013).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004) em meados dos anos 2000, foram levantados os dados, por região, dos índices de alfabetização. Entre a década 1970 até 2000, os dados da população geral do Brasil apontavam que apenas 67,1% da população que tinha 15 anos ou mais de idade eram alfabetizadas, no ano 2000 esse número havia subido para 86,4% da população acima da idade supracitada, sem contar nas crianças e os adolescentes.

Na tabela a seguir, pontuaremos o período que abrange desde 1970 até o ano de 2000, no qual ocorreu à promulgação da Declaração sobre a eliminação da discriminação contra a mulher (1967), no que tange o processo educacional das mulheres, período este no qual o índice de mulheres alfabetizadas era bastante inferior, mostra também o crescimento educacional da mulher após a aceitação da declaração, com o passar das décadas, foram ocorrendo mudanças significativas no que tange a educação da mulher brasileira. Vejamos a tabela no quadro a seguir.

**Tabela I:** Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação 1970/2000.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo											
	Total				Homens				Mulheres			
	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000
<b>BRASIL</b>	<b>67,1</b>	<b>74,6</b>	<b>79,9</b>	<b>86,4</b>	<b>70,2</b>	<b>76,4</b>	<b>80,2</b>	<b>86,2</b>	<b>64,0</b>	<b>72,9</b>	<b>79,7</b>	<b>86,5</b>
<b>Norte</b>	65,0	69,4	75,4	83,7	67,1	70,6	74,9	83,0	62,9	68,1	75,8	84,4
Rondônia	65,0	68,5	79,7	87,0	66,6	71,2	80,8	87,6	63,0	65,3	78,5	86,4
Acre	47,1	54,4	65,2	75,5	45,7	52,8	63,0	73,6	48,8	56,0	67,4	77,4
Amazonas	62,7	70,7	76,2	84,5	64,4	71,8	76,0	84,4	60,9	69,5	76,3	84,6
Roraima	66,1	74,6	79,4	86,5	67,4	75,6	79,3	85,7	64,5	73,4	79,4	87,3
Pará	67,6	72,2	75,6	83,2	70,2	73,6	74,8	82,1	65,0	70,8	76,4	84,4
Amapá	66,2	75,4	80,8	87,9	71,3	79,1	82,0	88,1	60,9	71,7	79,5	87,7
<b>Tocantins</b>	-	<b>58,3</b>	<b>68,6</b>	<b>81,2</b>	-	<b>59,1</b>	<b>67,5</b>	<b>80,2</b>	-	<b>57,4</b>	<b>69,7</b>	<b>82,3</b>
<b>Nordeste</b>	46,2	54,6	62,4	73,8	47,1	54,2	59,9	71,7	45,3	55,0	64,6	75,8
Maranhão	40,2	50,3	58,6	71,6	41,6	50,7	56,7	69,6	38,8	50,0	60,4	73,5
Piauí	40,2	51,1	58,3	69,5	41,7	50,7	55,3	66,6	38,8	51,4	61,1	72,2
Ceará	45,2	55,3	62,6	73,5	43,3	52,0	57,7	69,6	46,8	58,3	67,0	77,0
Rio Grande do Norte	46,5	56,3	63,7	74,6	42,9	51,9	58,2	70,4	49,8	60,4	68,7	78,5

Paraíba	45,2	51,0	58,3	70,3	43,7	47,9	53,1	66,2	46,5	53,7	62,9	74,0
Pernambuco	50,3	57,6	65,7	75,5	51,7	57,9	64,1	74,1	49,1	57,3	67,0	76,8
Alagoas	38,9	46,5	54,7	66,6	39,9	46,9	53,1	65,0	38,0	46,1	56,2	68,1
Sergipe	46,5	54,5	64,0	74,8	47,1	54,1	61,8	72,6	45,9	54,8	66,0	76,9
Bahia	49,2	57,2	64,7	76,9	52,9	59,2	64,2	76,2	45,7	55,3	65,2	77,5
<b>Sudeste</b>	77,1	83,2	87,7	91,9	81,1	85,8	89,0	92,6	73,0	80,6	86,4	91,1
Minas Gerais	65,5	74,8	81,8	88,0	69,0	77,0	82,8	88,6	62,2	72,7	80,9	87,5
Espírito Santo	67,1	75,3	82,0	88,3	71,7	78,2	83,5	89,3	62,4	72,4	80,5	87,4
Rio de Janeiro	83,3	87,1	90,3	93,4	86,9	89,3	91,4	93,9	80,0	85,0	89,2	92,9
São Paulo	81,2	86,1	89,8	93,4	85,9	89,1	91,5	94,3	76,5	83,0	88,3	92,5
<b>Sul</b>	76,3	83,8	88,2	92,3	79,6	86,0	89,4	93,2	73,0	81,6	86,9	91,5
Paraná	68,8	79,2	85,1	90,5	74,1	82,8	87,3	91,9	63,1	75,6	83,1	89,1
Santa Catarina	81,0	86,6	90,1	93,7	83,5	88,2	90,9	94,2	78,4	85,0	89,3	93,1
Rio Grande do Sul	81,5	86,5	89,9	93,3	83,4	87,8	90,6	93,8	79,7	85,3	89,2	92,9
<b>Centro Oeste</b>	65,4	76,4	83,3	89,2	68,55	77,8	83,5	89,2	62,0	74,8	83,0	89,2
Mato Grosso do Sul	67,9	76,3	83,2	88,8	71,0	78,6	84,2	89,5	64,3	73,9	82,1	88,1
Mato Grosso	64,0	69,5	80,5	87,6	66,6	71,0	80,7	87,6	61,0	67,8	80,2	87,7
Goiás	61,4	74,1	81,6	88,1	64,6	75,6	81,6	87,9	58,0	72,5	81,6	88,2
Distrito Federal	83,0	88,3	90,8	94,3	86,5	89,7	91,1	94,4	79,5	87,0	90,5	94,3

Fonte: Adaptado de IBGE. 2004. Censo Demográfico 1970/2000.

Diante do exposto, da média geral, o Estado do Tocantins na década de 1970, ainda fazia parte das estatísticas do Estado de Goiás por ainda pertencer a este, tendo dados relevantes somente após a década de 1980, quando passou a ser um novo Estado da federação brasileira. Tendo por base a tabela, a tabela o índice de mulheres que buscavam a alfabetização a partir da década de 1970 tinha um percentual relevante, tendo em vista as mudanças econômicas. Segundo Giuliani (2011) entre os anos de 1979 e 1985 no Brasil

crece rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país, inaugurando novos conflitos e sacudindo o imobilismo das organizações de representação de classe negociações coletivas, eleição dos delegados sindicais. As práticas sindicais começam a ser renovadas: reivindicam-se negociações coletivas, eleição dos delegados sindicais nos locais de trabalho, novas modalidades que redefinam os vínculos políticos entre os trabalhadores, representados, e seus dirigentes sindicais, representantes (2011, p. 643)

Dessa forma, a união da população por interesses de todos, vigorava nos quatro cantos do país, o grito agora era único para todos os lados e o governo se sentia pressionado a dar um retorno à sociedade.

Percebemos que a população, segundo a autora, começava a se organizar para lutar pelos seus direitos, principalmente a população pobre, pois é a que mais sofria e ainda sofre e com a falta de assistência. A partir de 1985, segundo Bruschini *apud* Magalhães e Silva (2010) a força de trabalho feminina cresceu cerca de 12 milhões no Brasil, havendo uma ampliação de 63% da sua participação.

A assembleia constituinte de 1988 marcou o início de uma nova era para o povo brasileiro e suas famílias, em busca de um regime democrático iniciava o processo de efetivação de direitos civis, políticos e sociais na vida dos brasileiros, as mulheres conseguiram inúmeras conquistas na

área trabalhista como licença maternidade, auxílio em creches, dentre outros.

No final do século XX, muitas conquistas começaram a ser alcançadas, embora as lutas não tenham sido cessadas, a mulher e a criança conquistaram alguns avanços no que tange as políticas públicas sociais, iniciando um processo de contribuição por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (GIULANI 2011).

A mulher já fazia parte dos setores industriais com a sua mão de obra, embora com salários inferiores aos dos homens e, em muitos casos, realizando as mesmas funções. Com isso, muitas delas perceberam que precisavam se qualificar para permanecer no mercado de trabalho, contribuindo com a economia de casa, sendo esta, a maneira propícia para que o sistema econômico perdurasse na sociedade (SAVIANI, 2014).

Este mesmo sistema (o capitalista) fez também das mulheres, um instrumento da economia, adequando ambientes onde elas seriam aquelas que além de participar do processo produtivo, também participariam do processo de consumo, mas isso era para poucas, porque as condições salariais eram mínimas para manter o básico nas famílias pobres e proletárias (IAMAMOTO, 2010).

As exigências no mundo do trabalho e do modo de produção capitalista no final do século XX e início do século XXI, resultou em mudanças em todos os setores da sociedade como mecanização, industrialização, e da família como creches para os filhos, menos convívio familiar, sendo o setor que mais sofreu embora também tenha conquistado ganhos trabalhistas (SAVIANI, 2014).

A mulher na sua vida simples buscava transmitir aos seus filhos a sabedoria que lhe fora repassada, pois detinha o poder de educar os filhos, instruí-los era a sua tarefa, embora não fosse alfabetizada tinha consigo muitos saberes populares, estes repassados de geração a geração, pois em muitos países o índice educacional da população era muito baixo, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Com a necessidade de mão de obra qualificada, e grandes acordos econômicos e de governo quanto à profissionalização técnica, exigiu-se mais conhecimento de cunho tecnológico do que nível de ensino mais elevado (nível superior), assim, apoiando as exigências do mercado de trabalho, o governo brasileiro passou a adequar às escolas e/ou creches para crianças para que os pais pudessem trabalhar (IAMAMOTO, 2010).

Na contemporaneidade há um vasto campo de discussões dos papéis atribuídos às mulheres, papéis estes no qual se buscavam a dignidade humana. Em meados dos anos de 1966 com a promulgação do Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC), em seu artigo 13º enfatiza aos Estados signatários por meio do documento de Direitos Humanos à Educação (2009), que reconheçam o direito de toda pessoa a ter educação.

Percebemos que a educação começa ter um novo rumo mundo afora e que começa adentrar nas discussões da sociedade, passando assim a ser um direito de todos tanto crianças, jovens e adultos. Ainda segundo dados do PNAD (2009), demonstra-se um detalhe da educação em meados do ano de 2007, no qual ressalta que ‘o número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil é de 7,3; no Nordeste o número médio é de somente 6 anos de estudo, enquanto no Sudeste é de 7,9 anos de estudo’ (PNAD, 2009, p. 07).

## **A emancipação da mulher brasileira no ensino universitário**

A educação antes restrita ao lar, agora passou a ser necessária na vida da mulher, ela com seu ar delicado, passou a se inserir na educação como profissional, como alternativa para suprir uma demanda do mercado, que estava ficando precária, iniciando assim no Brasil, um novo período de alfabetização (ABRÃO, 2012).

A universidade passou a ser um espaço almejado por muitas pessoas, destas incluíam as mulheres que iniciavam um novo percurso na sua vida, sendo a universidade um lugar propício para melhorar sua condição de vida. Para Aranha (1996), o termo universidade vem de *universitas*, mas

não significa, inicialmente, um estabelecimento de ensino, mas na Idade Média designa qualquer assembleia corporativa, seja de marceneiros, curtidores ou sapateiros. No caso que nos interessa aqui, trata-se da “universidade dos mestres e estudantes”. No espírito das corporações, são o resultado da

influência da classe burguesa, desejosa de ascensão social. (1996, p.79)

Percebemos que todo o processo de iniciação de um projeto existe uma necessidade de melhoria, com as universidades não foi diferente, segundo Aranha (1996) houve uma necessidade de ampliação dos estudos por volta do século XII, no qual buscaram aprofundar não só nas artes liberais, mas na filosofia, teologia, medicina, leis, sempre na busca pelo entendimento de uma sociedade cada vez mais complexa. Para a autora supracitada, a universidade mais antiga de que se tem notícia possa ser a de Salerno na Itália, criada por volta do século X, com o curso de medicina, surgindo posteriormente às universidades de Paris, Bolonha, Inglaterra, Cambridge, finalizando o período da Idade Média com mais de 80 universidades na Europa Ocidental.

No Brasil, ao que se sabe é que as universidades deram início no século XIX, embora ainda de forma bem tímida o público feminino foi aparecendo aos poucos no âmbito universitário, embora nas escolas normalistas já existisse um número bem considerado delas. Para entender melhor a dinamização do Ensino Superior como um todo no Brasil, a partir da década de 1980 Schwartzman *apud* Guimarães (2003) contextualiza que

ao considerar a expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas, sobretudo, a partir dos dados presentes no relatório *Task Force* do Banco Mundial/UNESCO (1999), observa que quanto mais bem educadas são as pessoas maiores os benefícios sociais e individuais que elas usufruem. Assim, de acordo com sua análise, o conhecimento ganha cada vez mais destaque como fonte de acúmulo de riqueza em contextos contemporâneos. (2003, p. 27)

A emancipação dos cidadãos e a melhoria na vida deles são notórias entre as literaturas vigentes, no qual eles ganham espaços nos inúmeros universos institucionais existentes nos dias atuais, fazendo com que a sua qualidade de vida e a de sua família melhore substancialmente. Somente após a década de 1990 é que iniciou no Brasil uma nova era também para a família, para a mulher, o negro, o idoso, a criança, no qual o país entrou em um regime democrático buscando conceder a sociedade alguns dos seus direitos, no intuito de que não mais houvesse discriminação de raça, cor e sexo, abrindo-se nas décadas seguintes a um leque de implementação de diversas políticas dentre elas a ampliação de vagas nas escolas públicas, o fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES), o fortalecimento da educação tecnológica, bem como, programas de inclusão e ações afirmativas (Speller, Robl e Meneghel. 2012. p. 20).

Na história da mulher esse projeto no qual a autora aborda, perpassou por dificuldades, algumas já elencadas anteriormente, sendo outras de cunho violento, discriminatório, no qual impulsionou-as a grandes transformações demográficas, culturais, sociais afetando diretamente as suas vidas e a de suas famílias, elas modificaram o seu perfil dentro do mercado de trabalho feminino, exigindo de si uma atenção voltada para a qualificação profissional tendo que retomar os estudos, onde os afazeres que antes lhes eram impostos ainda estavam sob sua guarda, cabendo a ela conciliar todas as atividades. Segundo Magalhães e Silva (2010)

O crescimento da escolaridade feminina é amplamente verificável nos países centrais e naqueles que constituem a periferia do capital – resguardadas as devidas proporções de qualidade de vida, acesso a direitos etc. Dentre os países centrais, a França é o país que lidera a listagem daqueles que no final da década de 1980 demonstram os maiores níveis de taxa de escolaridade de mulheres entre 21 e 24 anos. (2010, p. 183)

Em muitos países segundo as autoras supracitadas, já havia busca pela conquista de espaços e reconhecimento, tendo em vista que aos poucos, a mulher foi adentrando no seio acadêmico, como demonstra uma pesquisa educacional realizada pelo MEC/Inep na década de 1990 no Brasil, no qual 60% dos concluintes do Ensino Superior eram representados pelas mulheres, em 1997 o

índice já estava em 61%. Quanto aos níveis de instrução em 1999 forma os mais elevados, pois já havia chegado a 54,2% (Magalhães e Silva 2010, p.184), todo esse crescimento se deve também a expansão dos movimentos sociais e da busca pela efetividade da equidade de direitos.

No Estado do Tocantins, em meados do ano 2000 o índice de acadêmicas (os) matriculados em universidades segundo o Inep/ MEC (2006) em um ensaio realizado sobre a educação superior brasileira aborda que dos matriculados existentes no Brasil em 2004 o quantitativo era de 4.163.733 aproximadamente, na região norte esse índice estava por volta de 250.676 e no Tocantins os números era de 33.719 acadêmicos matriculados nas instituições (2006, p. 44).

Em outra pesquisa do MEC/Inep/Deed segundo Bezerra (SD, p. 05), mostrou que no ano de 2007 do total de 4.880.381 matrículas no ensino superior no Brasil, 2.680.978 das matrículas foram feitas por mulheres, confirmando assim, a maioria no número de matriculados. Dados posteriores por meio do MEC/INEP/DEED-2009, segundo Rosemberg e Madsen (2011) ressaltam que no ensino universitário

em 2009, as matrículas femininas equivaliam a 55,1% do total de matrículas, 51,8% do sistema público, 49,2% do sistema federal, 54,7% do sistema estadual e 56,3% do sistema privado. Portanto, se observamos um “hiato de gênero” em prol das mulheres no acesso ao ensino superior em 2009 tal hiato decorreu do maior acesso ao sistema privado/particular (2011, p.423).

Percebemos no decorrer desse capítulo que mesmo diante de tantas dificuldades, a educação começa a dar passos também em favor das mulheres, as altas taxas de discriminação passam a diminuir. Já nos dados referentes ao censo de educação superior Inep/Deed (2013) dos (as) acadêmicos ingressos, matriculados e concluintes as mulheres superaram aos homens, sendo que as ingressantes no ensino superior chegaram a (56,1%), matriculadas (57,2%) e concluintes (60,6%), comprovando assim a busca constante da mulher na busca por melhoria educacional.

A seguir, conheceremos a IES (Instituição de Ensino Superior) ora pesquisada e a sua influência na vida de tantos tocantinenses e até mesmo daquelas (es) que buscaram na Fundação Universidade do Tocantins uma oportunidade de crescimento profissional.

de curso em curso, seja licenciatura ou bacharelado, uma bandeira de efetivação das vocações e peculiaridades regionais foi sendo levantada e alçada como grande meta da UNITINS. Graças ao arrojo e coragem de seus gestores, pela UNITINS, foi criado e implantado o primeiro Curso de Engenharia Ambiental do Brasil, laboratórios do Curso de Arquitetura e Urbanismo foram a céu aberto tendo em vista a capital Palmas estar em embrião construção (PPCSS, p. 07).

Por meio da Lei 1.127 de Fevereiro de 2000, a então Fundação Universidade do Tocantins, pública de direito privado, seria a partir da Lei supracitada, autarquia Universidade do Tocantins passando a denominar-se Unipalmas, sendo ela a sua sucessora que seria mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, continuaria tendo sede e foro em Palmas mas com atuação em todo território nacional.

Segundo dados Projeto Pedagógico (PP) do portal da IES, transcorridos quatro anos de institucionalização da Unitins e com a criação da Fundação Universidade do Federal do Tocantins - UFT, novamente foi necessário alterar legalmente a sua estrutura por meio da Lei 1.160, de 21 de junho de 2000, ocorrendo também transferência de parte do patrimônio da Unitins, dos alunos, dos cursos regulares à UFT (Universidade Federal do Tocantins), assim, mais uma vez, houve a necessidade de adequar a IES à sua nova realidade acadêmica e física.

Baixado o Decreto 1.672, em 27 de dezembro de 2002 e também a Lei 1.478, de junho de 2004, estes extinguindo a Unipalmas; passando a incluir nos objetivos da IES outras modalidades de cursos superiores, retirando da sua estrutura os campi universitários e as escolas isoladas; passa a ser de responsabilidade da universidade a Coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária e desenvolvimento rural (2006, p. 26); bem como a responsabilidade de organizar e realizar, direta ou

indiretamente os concursos para provimento dos cargos do Poder Executivo.

Sempre buscando manter a autonomia didático-científica a IES passou a ganhar credibilidade e sustentabilidade para a promoção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atualmente, a Unitins completou vinte e cinco anos de atuação e contribuição á educação do Estado, atua com um quadro avançado de alunos dentre os cursos presenciais e também os cursos via Universidade aberta do Brasil (UAB) em polos distribuídos em algumas cidades do Estado do Tocantins, sempre enfatizando a cultura de que a educação é para todos.

Atenta e em consonância com o Plano Nacional de Extensão, no qual segundo lamamoto (2010, p.271) a extensão é um *“processo educativo cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”*; a UNITINS estabeleceu alguns eixos ou áreas temáticas para atuação, dentre elas estão a comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho no intuito de interligar a universidade e os interesses da sociedade.

A Fundação Universidade do Tocantins/UNITINS tem por missão produzir, aplicar e difundir o conhecimento articulado pelo ensino, pesquisa e extensão nos múltiplos campos do saber. Está voltada para o desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural, focalizando esforços para a formação de cidadãos profissionais, capazes de atuar com criticidade e comprometimento na sociedade em plena transformação, qualificando-os para o mundo do trabalho.

No conjunto de objetivos da Instituição podemos destacar que ela almeja proporcionar a oportunidade de acessos à formação integral a todos os brasileiros, sem que haja importância na distância, no trabalho, na situação social, na idade, no gênero, como também as necessidades especiais físiomotoras, contribuindo para que haja um desenvolvimento voltado para a inclusão social da sociedade.

## **Mães universitárias do curso de Serviço Social da Unitins Câmpus Palmas/TO**

A história da Fundação Universidade do Tocantins/UNITINS ocorreu em meio ao crescimento gradativo do então Estado recém-criado, o Tocantins. Dessa maneira, sua historicidade pode ser descrita a partir da sua literatura institucional.

No ano de 1990, em fevereiro, o governador na época, Siqueira Campos assinou o Decreto 252, criando a Universidade do Tocantins. No ano seguinte (1991), foi criada a Lei 326, que estruturou a Instituição de Ensino Superior em forma de autarquia; cinco anos depois em meados de 1996, promulgada a Lei 872, de novembro de 1996 que determinou o processo de extinção da autarquia da IES, e, no mesmo ano, pela Lei 874, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Unitins - Fundação Universidade do Tocantins.

A pesquisa aborda as relações universitárias e familiares de mães universitárias. Nesse sentido, buscamos verificar se as suas ausências perante o lar traria desavenças. A mesma foi realizada com alunas do curso de Serviço Social da Unitins - Câmpus Palmas, na qual evidenciou-se que no curso, na época, existiam cento e dez (110) acadêmicos ao todo, estando divididos em 04 (quatro) turmas sendo elas do 1º, 3º, 5º e 7º períodos, respectivamente.

Na amostra ora pesquisada utilizamos três respectivos períodos do curso de Serviço Social, sendo o 3º, 5º e 7º, desses obtivemos um quantitativo de 68 (sessenta e oito) acadêmicos matriculados no primeiro semestre letivo do ano de 2015. Desse total, 59 (cinquenta e nove) eram mulheres, correspondendo a um percentual. No percentual mencionado a diferença de interesse pelo curso de Serviço Social das mulheres, é notável, embora dados da secretaria acadêmica apresentassem que em outros cursos existia uma diferença inversa de interesses, sendo maior em relação ao sexo masculino nos outros cursos da universidade. Portanto, consideramos relevante demonstrar abaixo o perfil das participantes da pesquisa e algumas características, vejamos no quadro abaixo.

**Tabela I:** Mães universitárias do curso de Serviço Social (3º, 5º e 7º períodos).

QTD	NOME	MÉDIA DE IDADE	MÉDIA DE FILHOS	ESTADO CIVIL
01	Ada Lovelace	26 a 35 anos	01 um	Solteira

02	Leila Diniz	26 a 35 anos	02 dois	Casada
03	Marie Curi	17 a 25 anos	01 um	Casada
04	Maria Quitéria de Jesus	36 a 45 anos	01 um	Casada
05	Nísia Floresta	26 a 35 anos	02 dois	Casada
06	Dandara	26 a 35 anos	02 dois	Casada
07	Simone de Beauvoir	26 a 35 anos	01 um	Casada
08	Ana	17 a 25 anos	01 um	Casada
09	Joana d’Arc	26 a 35 anos	03 três	Casada
10	Pagu	36 a 45 anos	02 dois	Casada
11	Virginia Woolf	26 a 35 anos	02 dois	Casada
12	Coco Chanel	26 a 35 anos	01 um	Solteira
13	Hipácia	36 a 45 anos	01 um	Casada

**Fonte:** Pesquisa de campo – TCC/Serviço Social (Maio/2015)

No intuito de compreender o universo das mães universitárias e as suas dificuldades ao cursar uma universidade envolvendo o seu percurso de estudos na dinâmica de sua vida familiar e universitária, almejamos aqui verificar se esse processo de saídas de casa para realizar outras atividades é tranquilo ou existem desavenças tais como ciúmes, brigas familiares por causa da constante ausência. Abordaremos abaixo esses perfis, objetivando conhecer melhor as entrevistadas.

### Perfil socioeconômico

Com o intuito de analisar o perfil socioeconômico das alunas que compõem a pesquisa, pontuamos a idade, a renda e a participação na renda familiar, na intenção de contemplar melhor a realidade das participantes da pesquisa. Inicialmente constatamos que na faixa etária das mães universitárias pesquisadas, 54% estão entre 26 a 35 anos e 31% delas estão entre 36 a 45 anos e, apenas 15% estão na faixa de 17 a 25 anos.

No que diz respeito à renda própria, conforme os dados levantados, 69% das mães dizem que possuem renda própria e 31% delas não possuem. Esses dados evidenciam que mesmo diante de situações adversas no lar, os afazeres domésticos e os estudos, as mães ainda se dedicam a ter uma atividade extra para melhorar a renda familiar, pois existe, hoje, a necessidade de ir ao encontro do econômico no intuito de que sejam sanadas as suas necessidades conforme o pensamento de Rosemberg (2011) quando ressalta que quanto maior o grau de instrução da mulher, maior será a probabilidade dela sair de casa para trabalhar.

Conforme os dados coletados, as mães universitárias que tem renda mensal, a média salarial é de 46%, para aquelas que ganham de um a dois salários mínimos, dentre elas 31% não recebem nenhum tipo de salário, sendo sustentada pelo companheiro e apenas 15% ganham acima de dois salários; outras com representatividade de 8% ganham acima de três salários mínimos.

Estar no mercado de trabalho, bem como ter uma renda no século XXI, passou a ser algo inevitável, portanto pontuamos o perfil socioeconômico. No quesito renda familiar, conforme se constatou na pesquisa, 62% das mães contribuem parcialmente com a renda familiar, 15% delas é responsável pelo próprio sustento e 15% não contribuem e recebem de alguma forma ajuda familiar, outras 8% não responderam, por não possuir nenhum tipo de renda e nem receber ajuda da família, mas são sustentadas pelo companheiro. Dessa forma, constatamos que as mães universitárias têm algum tipo de trabalho remunerado, comprometidas com as despesas contribuindo com as mesmas. Diante das informações importantes que conhecemos dessas mães, veremos a seguir os aspectos do perfil familiar.

### Perfil familiar

Nesse perfil, ressaltaremos alguns itens que envolvem a família, por entender que mesmo saindo de casa para buscar outros objetivos, para as mães ficou difícil se desvincular de todo o seu

cotidiano, tendo ela que conciliar todas as atividades.

Quando questionamos sobre o quesito estado civil, 85% das participantes da amostra convivem com seus companheiros e 15% são solteiras, dessas participantes os desafios enfrentados para chegar à etapa final da graduação também foram muitos no decorrer do curso. Quando indagadas sobre a quantidade de filhos, 54% das entrevistadas têm um filho, 38% delas têm dois filhos e 8% tem três filhos, onde as mesmas consideraram que hoje está muito difícil educar os filhos, até mesmo pela falta de tempo.

No que tange aos filhos ainda, questionamos sobre quem fica com eles nas ausências de casa para estudar, 69% das entrevistadas deixam seus filhos com os pais das crianças, 23% deixam com a vó e apenas 8% responderam que a criança fica sozinha, embora nesse caso, resida no mesmo lote que sua mãe onde sempre tem algum adulto por perto. Diante do exposto, Oliveira assinala que as famílias contemporâneas “podem ser constituídas por um grupo de pessoas que residem juntas” ressaltando os vários tipos de família existentes (Oliveira, 2009 p. 78).

Conciliar as inúmeras atividades do lar e também as exigências da universidade não é tarefa fácil, como constatamos nas entrevistadas quando perguntamos como elas fazem para conciliar os afazeres domésticos com os estudos, dentre as mães universitárias 92% responderam que é difícil cumprir as duas funções com qualidade, pois sempre algo fica realizado de qualquer jeito, no entanto, apenas 8% disseram ser conciliável quando se tem apoio da família, como relatou Joana d’Arc *“Porque posso estipular um horário para cada coisa dentro do meu dia”*, da mesma forma, Dandara ressalta que *“Os afazeres domésticos são compartilhados com a família e isso me dá a chance ou oportunidade de uma maior dedicação aos estudos”*.

Diante do exposto, percebemos que a maioria das mães universitárias tem alguma dificuldade, de um lado, a universidade, com inúmeros trabalhos do curso dentro da sua matriz curricular, de outro, um universo de atividades dentro e fora de casa que precisam ser desempenhadas, como temos ouvido na maioria dos relatos.

Dentre as entrevistadas que dizem ser difícil conciliar essas duas responsabilidades (casa e estudos), discorreremos alguns relatos de como elas veem essa situação, segundo Marie Curie as duas tarefas é difícil porque *“além das responsabilidades dos afazeres domésticos e o trabalho, vem à faculdade também com suas exigências, que devem ser cumpridas”*, igualmente Dandara relata que *“tenho um filho pequeno e necessita de atenções e cuidados constantes, a casa também sou eu que cuido, portanto, resta apenas os domingos e as noites para estudar”*. Da mesma forma Pagu diz que *“fica muito sobrecarregado os afazeres tanto domésticos quanto dos acadêmicos”*.

Percebemos então, que diante das inúmeras respostas, constatou-se que por mais difícil que seja estudar, trabalhar e cuidar de casa e da família, a maioria das mães percebem a dificuldade maior pela falta de ajuda dos companheiros e dos filhos, mesmo quando estes já estão em idade que conseguem contribuir, ainda assim quase nunca o fazem.

Diante da oportunidade de conseguir uma nova profissão, mesmo com tantas atribuições a mãe universitária, não tem recuado em buscar os seus ideais, mesmo quando em muitos momentos, segundo relatos de algumas mães, às vezes ocorre uma vontade imensa de desistir, mas elas ressaltam que vão continuar tentando conciliarem os estudos e a família, juntamente com outras situações, tais como, dificuldade na relação entre filhos, atenção a família, sobrecarga de trabalho, tanto interno, quanto externo ao lar, falta de concentração, exigências da faculdade, indisponibilidade de tempo.

Em uma perspectiva de valorização, pontuamos qual o significado da família para elas, 39% disseram que tem a família como *“base”*. Segundo Ada Lovelace a família *“é de suma importância para o desenvolvimento humano, pessoal e profissional”*, outras 38% consideram que a família para elas é um alicerce, realização, proteção, porto seguro, importante; mesmo com as inúmeras dificuldades existentes nos relacionamentos, buscando sempre o respeito e a valorização no seio familiar.

Dentre elas 23% relatam que a família *“é tudo”*, conforme expõe Nísia Floresta quando diz que a família *“é tudo, pois é por eles que enfrento todas as dificuldades da vida”*, para Hipácia a família *“é tudo, a minha base meu orgulho”*, da mesma forma Maria Quitéria de Jesus também afirma que a família *“é tudo: alicerce, força, coragem, união”*, significância esta onde elas se sentem confortáveis pelo apoio que recebem.

Quando buscamos conhecer melhor sobre a visão do seu companheiro no que diz respeito “a sua opção por estudar”, 39% das acadêmicas disseram que recebe apoio do seu companheiro nos estudos, assim como afirma Dandara sobre o seu esposo: *“me apoia de uma forma especial, sem ele eu já teria desistido”*, para 23% delas foram ressaltados que eles são incentivadores, compreensivos e veem a universidade como uma saída para uma vida melhor.

Assim, dentre a totalidade, 15% das universitárias afirmam que nos companheiros existe uma satisfação, admiração, como relata Nísia Floresta: *“ele vê com muita satisfação e até ajuda no que pode pra mim estudar”*. Para Virginia Woolf, o companheiro é *“admirável, pois é o maior incentivador”*, também dentro desses dados estão características como interessados e bastante companheiro, contribuindo até mesmo no cuidado com os filhos.

Dentro desse mesmo questionamento, ainda há 15% delas que não têm companheiro, 8% não sentem apoio do esposo, conforme relato de Simone de Beauvoir quando ressalta que seu esposo *“não é muito de acordo”*; pois não apoiaram a sua entrada na universidade e continuam a reclamar a sua ausência no lar, pois reclamam que trabalham o dia todo e ainda tem que ficar com as crianças quando chega em casa, para que a esposa saia para estudar.

## Perfil universitário

Quanto a esse perfil, buscamos conhecer o interesse das acadêmicas pela busca da formação profissional, iniciamos questionando “quais os motivos que as levaram a querer cursar uma universidade”, no entanto, para 46% das mães universitárias, elas buscam uma qualificação profissional e melhoria na renda, para 23% delas há uma busca pela conquista profissional, qualidade de vida, crescimento pessoal. Outras 23%, dizem buscar uma estabilidade financeira e outras 8% estão em busca de uma nova profissão, por estarem interessadas em algo que melhor lhe satisfaçam, por isso persistem no desafio de estudar, como nos mostra o gráfico abaixo.

Ainda sobre o tópico citado acima, ressaltamos o que levou *Pagu* a querer cursar uma universidade quando ela diz que foi *“pela questão do conhecimento e quero também dá o melhor para os meus filhos, tanto com relação à questão financeira, como também a questão da busca pelo conhecimento”*.

Já *Coco Chanel* diz que é para *“poder ter uma visão melhor das coisas e do mundo, me preparar melhor para o mercado de trabalho”*, para outras como *Maria* *“o principal motivo é me tornar uma pessoa, ou seja, uma profissional de qualidade e por isso me esforço o máximo para que chegue ao meu objetivo final”*.

No intuito de desvendar sobre a relação da mãe universitária na família e nos estudos como já abordamos em tópicos anteriores, questionamos sobre “em que nível de colocação na sua vida está cursar uma universidade”, a pesquisa evidencia que para 61% delas, buscar uma formação profissional está em primeiro lugar, por influências do mercado de trabalho em conjunto com as necessidades do cotidiano, para 23% está em segundo lugar, para 8% está em terceiro lugar e outros 8% está em quarto lugar em se tratando de importância entre a universidade e a família como está representado no gráfico abaixo.

Quando chegamos no patamar das dificuldades enfrentadas no decorrer do curso, verificamos que: *“das dificuldades encontradas para acompanhar o curso escolhido”*, 38% das mães entrevistadas disseram que o problema está na falta de concentração, divergências ideológicas, intelectualidade, horários indefinidos, dificuldades na leitura e saúde, outras 31% percebem a sua dificuldade na falta de tempo para estudar, 23% tem dificuldades por causa do trabalho, do esposo, filhos, afazeres domésticos, vida financeira, porém, para 8% não há nenhuma dificuldade no acompanhamento do curso escolhido.

Para as mães entrevistadas, quando questionamos se elas têm conseguido “conciliar a universidade com os afazeres domésticos”, 77% responderam que sim, que tentam dividir o tempo, organizando os horários, deixando por fazer algumas atividades e dando prioridades a outras, enquanto algumas mães universitárias dedicam mais tempo para os estudos, tendo também auxílio da família nos afazeres domésticos. Para 23% das estudantes mães, existe dificuldade em conciliar as duas atividades (afazeres domésticos e universidade).

De acordo com a resposta, questionamos “de que forma elas fazem essa conciliação”, *Nísia Floresta* respondeu que não consegue *“porque fica difícil atender todos os afazeres domésticos,*

tendo que estudar e ainda trabalhar fora”, mas segundo a mesma, o esposo ajuda nas tarefas dos filhos e nas atividades de casa também. Por sua vez, *Maria Quitéria de Jesus* diz que “*como o tempo é corrido, trabalho, estágio, estudo, não dá para deixar a casa limpa e arrumada*”, ainda assim, *Maria Quitéria de Jesus* demonstrou preocupação com os afazeres que ficam por fazer. Vejamos como ficou no gráfico abaixo.

Para exemplificar com as informações anteriormente citadas da pesquisa, dados estatísticos identificam que desde a década de 1980 segundo Magalhães e Silva (2010), as mulheres vêm ganhando um elevado percentual de ocupação, ou seja, passaram a estudar e trabalhar ao mesmo tempo, na busca por melhores condições de vida e também realização profissional, apresentando treze anos a mais de estudos em relação aos homens (2010, p. 184).

Em se tratando da frequência de participação nas aulas, 46% disseram que às vezes se ausenta das aulas, no entanto, 39% frequentam as aulas todos os dias e outras 15% sempre se ausenta um ou dois dias na semana.

Percebemos então, que as mães universitárias se esforçam em não ausentar-se das aulas, mesmo em muitos momentos quando ocorre algo no seu cotidiano que a impeça de se fazer presente nas aulas.

Quando perguntamos se as mães universitárias já perceberam se ao “sair de casa para estudar ocorre desavenças em seu lar”, 77% delas não perceberam que ocorrem desavenças quando saem de casa para estudar, já para 23% das pesquisadas responderam que ocorre “sim” desavenças em seu lar, como relata *Leila Diniz* ao dizer que “*pequenas discursões com o marido, porque o tempo em casa fica reduzido e, conseqüentemente, causa uma desordem na casa, pois o mesmo não ajuda muito*”. Também *Simone de Beauvoir* relata que existem “*desconfianças do esposo*” e ainda *Virginia Woolf*, diz que as desavenças ocorrem “*com os filhos, eles são adolescentes*”.

Ainda sobre suas ausências no lar para estudar, perguntamos “como elas enfrentam o desafio de sair de casa pra estudar”, 46% responderam que buscam ter sempre pensamentos positivos, perseverança, esforços para não desistir, mesmo diante das dificuldades, como relata *Coco Chanel* que está “*procurando sempre pensar positivo, mesmo quando fraquejo, pois sei que tudo na vida é questão de aprendizagem e passa*”, *Maria* também relata que “*enfrenta com muito interesse até porque, é tudo que eu sempre quis foi fazer e concluir um curso superior*”.

No entanto, 31% das entrevistadas, percorrem esse desafio, como a única forma de obter melhorias futuras e busca seguir em frente, como relata *Leila Diniz*, que está “*visando um futuro melhor para mim e minha família*”, no entanto, percebemos que 15% consideram-se inquieta e acham difícil a saída de casa, como informa *Ada Lovelace*, ao dizer que “*às vezes o nível de estresse é muito grande, mas tento ir tranquila, pois estudo requer muita paz consigo mesmo*”.

Daquelas que consideram difícil temos *Nísia Floresta A5*, relatando que “*é sempre muito difícil, pois ao sair de casa deixo minhas filhas que ainda são pequenas e necessita de cuidados, principalmente porque passo o dia todo fora e a noite tem que sair. Elas necessitam de atenção*”.

Por sua vez, 8% das entrevistadas disseram que tentam dar o seu melhor nos momentos de presença, como *Dandara* afirma que apesar dos desafios “*tento não me sentir culpada por estar ausente esse período e dou o meu melhor quando estou com minha família*”.

No processo educacional da mulher, ela acrescentou a si mais afazeres junto aqueles que já realizavam, ocasionando assim, uma necessidade de agregar outras pessoas para conseguirem conciliarem as atividades, com isso, os esposos passaram a contribuir nas atividades tanto do lar quanto na educação dos filhos.

No que se refere ao questionamento: se ao “entrar na universidade a convivência familiar melhorou ou ficou mais difícil” devido as suas ausências, ate mesmo no que concerne aos afazeres domésticos, para 54% das mães universitárias, a convivência melhorou, conforme relato de *Joana d’Arc*, ao dizer que “*melhorou, pois toda a família vê a universidade como uma saída para a melhoria financeira*”, para *Maria* “*melhorou até porque minha família é muito presente em minha vida e, por isso fico mais tranquila em relação a faculdade e as tarefas de casa*”.

Para 46% das mães universitárias, a convivência familiar ficou um tanto difícil, como contextualiza *Simone de Beauvoir* quando diz que “*ficou difícil, não tenho ajuda do esposo, mesmo sabendo que preciso, ele não colabora muito*”, também neste sentido *Virginia Woolf*, aborda que “*ficou mais difícil com os filhos, relacionado às tarefas atribuído a eles*”. Voltado a essa perspectiva

Ada Lovelace aborda que *“pra falar a verdade ninguém na minha casa reconhece que é difícil, pois nunca passaram por isso. Aham que estudo é coisa leve e que não cansa”*.

No último questionamento da entrevista perguntamos se as mães universitárias tinham algo mais a acrescentar à pesquisa, 54% não responderam e outras 46% responderam, tendo destaque para Ada Lovelace que aborda *“que quando se tem um sonho, não importa o que os outros pensam, basta muita persistência que tudo se transforma”*, também Joana d’Arc faz uma observação quando diz que *“na minha família a universidade tem teor positivo, não tendo impedimentos familiares para o desempenho das funções acadêmicas”*.

Ressaltamos também os escritos de Mônica quando diz que *“a faculdade junto com um casamento e um filho é um desafio, mas não é impossível, pois as escolhas devem mover nossas determinações em prol de obter novos conhecimentos”*.

Destacamos também o que pontuou Virginia Woolf quando expõe *“que está muito difícil, pois cada dia é um desafio sair de casa á noite depois de um dia atarefado, muitas vezes penso em desistir, mas quando chego na universidade e termina a aula vejo que não posso fazer isso comigo”*.

Pontuamos o que Maria Quitéria de Jesus acrescenta quando relata que *“por mais que seja difícil, nada supera o conhecimento e a convivência agradável dos colegas de sala”*, quando agrega aos colegas uma parcela do seu ânimo para persistir com os estudos na universidade.

Apesar dos inúmeros enfrentamentos diários até chegar à universidade, para a maioria das mães universitárias pesquisadas é prazeroso está neste ambiente, buscando outros objetivos e seus próprios sonhos, inclusive o de ter uma formação de curso superior, o qual poderá lhe proporcionar melhores expectativas de vida.

## Considerações

Ao concluir o presente estudo, buscamos demonstrar o crescimento obtido não somente nas relações familiares estudadas, mas também como sujeito inserido e participante de um percurso de mudanças sociais que é secular e ainda recorrente tanto no seio das famílias quanto externo a elas.

Tomamos como foco de nossa análise 13 acadêmicas do curso de Serviço Social da UNITNS, distribuídas aleatoriamente no terceiro, quinto e sétimo período da universidade, procurando conhecer a relação família e universidade que as mães acadêmicas enfrentam no intuito de mapear o que estava na empiria no âmbito interno de seus lares.

O trabalho realizado nos permitiu verificar que as mães universitárias mesmo com companheiros ou na ausência deles, insistem no seu objetivo de conseguir a graduação, com afinco e assiduidade. Voltando-nos para o percurso realizado por elas, traçamos um perfil socioeconômico das entrevistadas e percebemos que as idades das mães universitárias em sua maioria, são mulheres que estão acima dos vinte e cinco anos, havendo assim um amadurecimento nas escolhas feitas, sendo que a maioria delas trabalha fora de casa, em muitos casos, são até provedora de todas as despesas, demonstrando assim o quanto o modo de vida no decorrer dos anos mudou. Foi possível compreender que as mulheres têm cada vez mais buscado estar nos bancos das universidades, no intuito de melhoria na sua vida profissional e econômica, pois elas se esforçam tanto no trabalho externo ao lar quanto no interno, adequando-o como é possível a rotina.

No que tange a vida familiar a maioria das entrevistadas convivem com o companheiro e a média de filhos é apenas um. Contatamos que a divisão de afazeres no âmbito interno do lar é sempre um problema, pois em muitos momentos o companheiro e os filhos deixam as funções para a mãe fazer, no qual elas consideram que é difícil conciliar as atividades da universidade com os afazeres de casa, pois indagam que sempre ficará algo por fazer e é onde em muitos momentos ocorrem as desavenças familiares.

O levantamento realizado ressaltou que a busca pela formação profissional perpassa na melhoria da vida econômica, na realização pessoal das entrevistadas, confirmando a nossa hipótese de que na contemporaneidade as mulheres almejam estar cada vez mais inserida no mercado de trabalho e na sociedade em suas inúmeras atividades. Foi possível verificar na pesquisa que existem dificuldades no seio familiar, para conciliar inúmeros afazeres.

## Referências

ABRÃO, K. Educação e Cidadania: entrelaçamentos possíveis: In: GRECCO, R. (Org). **Sociologia da Educação: debates contemporâneos e emergentes na formação de professores**. Rio Grande, RS: FURG, 2013.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação**. Ed. Moderna. 1996.

BRASIL. Presidência da República do. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. p.114.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. B823, **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -- rev. e atual. -- Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Direitos Humanos: instrumentos internacionais documentos diversos**. 2ª Edição, Brasília. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, 1997. Pag. 482-483.

BEZERRA, N. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. SD. FECLESC. 08 p. acesso em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) 23/05/14 Censo da educação superior 2013 acesso em [http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf) em 10/09/15 as 16:45 hs.

GUIMARÃES, A. L. **Por que hoje no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior? Trajetórias educacionais, família e casamento em questão**. Rio de Janeiro. FRJ/IFCS/PPGSA, 2003. Tese de doutorado.

Histórico da Fundação Universidade do Tocantins acesso em <http://www.unitins.br> em 14/05/2015 as 10:07 h.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19 ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

IBGE. **Tendências Demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000**. Estudos e pesquisas informação demográfica socioeconômica. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. RJ. 2004.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 28 v.;tab. Tocantins.

LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula** In Historia das Mulheres no Brasil / Mary Del Priore (Org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. De textos) 10 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

MAGALHÃES, B. e SILVA, G. **A mulher no trabalho, na família e na universidade**. Revista eletrônica arma da crítica. Ano 2. Nº 2 .Março 2010. ISSN 1984-4735.

OLIVEIRA, M. L. de. e QUINTANEIRA, T. **Karl Marx**. In Um Toque de Clássicos Marx, Durkheim e Weber / Tania Quintaneiro; Maria Ligia de Oliveira Barbosa; Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira. Ed. UFMG. 2003.

OLIVEIRA, N. H. D. **Família contemporânea**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009, p. 236. SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. acesso em 31/03/2014 as 11:48 CRUZ[h].

PINTO, C. J. **Feminismo, História e Poder**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15 a 23, Jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> acesso em 21/07/14.

RODRIGUES, V. (2013) **A importância da mulher**. Disponível em: <HTTP://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf> acesso em 13/06/14 as 16:45 h.

ROSEMBERG, F. MADSEN, N. **Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo** in Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010. 440 p. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf><http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf> acesso 21/07/2014.

SAVIANI, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. Educ. Soc. Campinas, v. 34, n. 124, p 743-760, jul.-set. 2013. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicap.br> acesso em 20 de agosto de 2014.

SEAD, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Relação família e trabalho na perspectiva de gênero: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho**. Boletim Mulher e Trabalho. São Paulo. 2009.

SENADO FEDERAL. **Direitos humanos: instrumentos internacionais, documentos diversos**. – 2 ed. – Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 638 p.

Recebido em 1º de outubro de 2019.

Aceito em 11 de novembro de 2019.